

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

1

O arquivo, a varíola e a memória da saúde pública no Brasil

JONATAN SACRAMENTO*

No presente trabalho pretendo discutir as potencialidades do trabalho etnográfico em arquivos. O texto está dividido em três partes. Na primeira, talvez um pouco mais intimista, apresento uma cena da etnografia que desenvolvo no Centro de Memória do Museu Emílio Ribas, na cidade de São Paulo. Nesse item, traço algumas considerações a respeito do trabalho antropológico com documentos e outros artefatos para a reconstrução de uma narrativa sobre a Campanha da Erradicação da Varíola. A segunda parte tem como foco o desenvolvimento de algumas críticas aos arquivos, principalmente os arquivos coloniais. Por fim, o terceiro ponto trata-se de uma ressalva à tais críticas que, quando aplicadas a um contexto como o brasileiro, devem ser problematizada à luz das tramas sociais e institucionais nas quais o arquivo está envolto.

Não pretendendo esgotar a discussão, em linhas gerais o que o texto propõe é pensar a etnografia em/do arquivo enquanto um exercício crítico comparativo que tem como objeto de análise as relações sociais, seus processos e atores.

Etnografias do/no arquivo

Se a antropologia moderna se consolidou com a proposta de Malinowski de uma imersão em campo através da etnografia entre populações que não as mesmas da do/a antropólogo/a, depois de um certo tempo, o fazer antropológico tinha juntado ao seu clássico método, outros modos de coletar dados e compreender a vida do outro. Nesse mesmo movimento, se o uso da história, a disciplina, estava restrito a alguns poucos antropólogos/as, e por vezes era feita a partir de “fontes” historiográficas, tais como censos ou registros de nascimento, tomados enquanto ferramentas “menores” para auxiliar na compreensão daquilo que a etnografia dizia, outros/as antropólogos/as usaram de uma relação um pouco mais feliz para com a disciplina.

1 IFCH/UNICAMP, Mestrando em Antropologia Social sob orientação da prof^a. Dr^a. Heloísa Pontes e com financiamento da FAPESP (processo 2015/21537-8).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

Lévi-Strauss (2012[1949]; 2013[1952]) talvez seja o caso exemplar desse flerte entre elas. Ainda que tenha optado por casar sua antropologia estruturalista com a linguística da época (SCHWARCZ, 2005), a história sempre esteve presente como interlocutora privilegiada de seu fazer antropológico.

Ainda que depois do casamento arranjado por Lévi-Strauss, a história tenha aparecido como principal auxiliar para a antropologia feita por alguns/mas antropólogos/as (cf. SAHLINS, 2008[1981]; 2011[1985] e CUNHA, 2009[1973], por exemplo), e ter até emergido como uma “sub-área” da disciplina, uma antropologia histórica, a pesquisa antropológica feita com ou em arquivos ainda ocupava uma posição não tão usual.

Se quando se fala história uma das primeiras imagens que nos vem à cabeça é a do/a historiador/a com suas luvas e máscara numa sala cheia de caixas de papel, armários de metal e prateleiras, o arquivo, quando se fala em antropologia, tal imagem nunca (ou quase nunca) é associada à disciplina. Por vezes, o arquivo é tomado como uma antítese do campo ou então, relegado aos que fazem a história da disciplina - como se fosse algo menor ou menos importante.

Essa relação tem sendo modificada há algum tempo e se tornado cada vez mais comum a reflexão sobre as práticas etnográficas em arquivos. Essas reflexões, para além de seus temas específicos, tem mostrado que o arquivo pode ser lido antropológicamente como um documento e, portanto, enquanto objeto e processo de relações sociais.

Talvez caiba perguntar se a distinção entre antropologia **no** arquivo e antropologia **do** arquivo seja válida. Etnografar **o** arquivo é perseguir sua trajetória institucional e as tramas que o formaram e que o mantêm? Mas até que ponto etnografar **no** arquivo, ou seja, usá-lo enquanto (mais) uma ferramenta para a pesquisa antropológica não é também ir ao enalço de seu itinerário institucional? Seria ingênuo querer que essa meia dúzia de linhas respondessem a questão colocada no início do parágrafo, antes, o que se pretende é deixar claro que a perspectiva aqui utilizada será a de entender o arquivo tanto enquanto objeto de pesquisa antropológica, como quanto campo desse fazer disciplinar.

Nessa perspectiva, a etnografia do/no arquivo teria como objetivo a compreensão das relações entre as instituições, governos e sociedade, tentando entender em que medida a articulação de

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

documentos e artefatos contribuiriam para a construção e a consolidação de uma memória e/ou de uma narrativa que se quer legítima. Tais fatos ficam mais claros quando se debruça sobre o arquivo colonial com fins a entender a ordem colonial e sua narrativa de construção de nação.

Em seu *Colonial Archives and the Arts of Governance*, Ann Stoler (2002) empreende uma investigação dos arquivos coloniais na Índia a fim de compreender a retórica da ordem colonial britânica, não apenas pelo conteúdo gerado/guardado nos arquivos coloniais, como também, pela forma que esses arquivos adquiriram. Nesse movimento, a antropóloga propõe o uso de tais arquivos como locais privilegiados para se etnografar os estados, compreender a essência da política colonial na forma e no conteúdo do arquivo, como acompanhar a produção e o consumo dos discursos oficiais da metrópole.

Numa lógica foucaultiana de produção de saber igual produção de poder, o arquivo apareceria como um sistema de declarações sobre o que pode ser dito ou não a respeito de determinados assuntos. No caso dos arquivos coloniais, o que pode ser dito ou não sobre a construção de uma identidade nacional, das misturas das raças, das relações entre colônia e metrópole, dos gostos e costumes locais. Em suma, toda uma dinâmica de uma pedagogia nacional, escrita e armazenada para que possa ser lembrada sempre e por todos - ainda que nem todos tenham acesso à tais documentos e, muito menos, a seus processos de produção.

Nessa direção, para Ann Stoler (2002), o arquivo aparece como “prova” das invenções coloniais, mas, ao mesmo tempo, enquanto base para quaisquer reivindicações culturais. Ou seja, se de um lado temos o arquivo colonial como testemunho do esforço empreendido pelo estado colonial na construção de sua narrativa de conquista, paradoxalmente, do outro lado, esse mesmo arquivo pode ser usado por determinados grupos, aqueles que não estão presentes como protagonistas da narrativa colonial, para construir e reivindicarem legitimidade para suas próprias narrativas. A possibilidade de isso acontecer, continua a autora, é a não autolegitimidade do arquivo colonial em relação à história do colonialismo. Há de se considerar toda uma gama de relações em sua produção e que envolve, inclusive e inegavelmente, as populações nativas dessas ex-colônias.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

Se a produção de um arquivo deve ser tomada então como um processo de construção de uma poderosa tecnologia de governo, tal como quer Stoler, penso que podemos pensá-lo na chave dos dispositivos de poder de Michel Foucault. Como um dispositivo foucaultiano podemos pensá-lo enquanto uma rede de relações que se estabelece através de elementos heterogêneos e que tem por objetivo responder uma demanda disciplinar (FOUCAULT, 2014). As comissões e as estatísticas produzidas pelos governos coloniais, por exemplo, podem ser tomadas como exemplo dessa tecnologia de governar, na medida em que produzem e fazem parte de uma “ciência moral” e que só são possíveis de se entender, quando compreendemos tais arquivos no âmbito das instituições as quais ele serviu (STOLER: 2002).

É nesse sentido que devemos tomar o arquivo enquanto um processo e localizá-lo no contexto no qual ele está inserido. Ao mesmo tempo em que resultado, o arquivo também é a base (ou uma das) de um processo histórico marcado por conflitos, mas que nunca deve ser pensando enquanto algo universal. Como aponta Nicholas Dirks (2015), seu contexto está marcado tanto dentro, quanto fora. Assim, a partir do arquivo é possível pensar as relações sociais e institucionais daquilo que ele serve como guarda, como também, a partir de seu contexto externo, seu contexto de criação e manutenção, o momento histórico no qual ele se situa.

Na relação entre antropólogo/a e o arquivo, a resultante dessa equação acaba sendo uma dupla objetivação: por um lado, a experiência do/a antropólogo/a. Do outro, o processo de construção do próprio arquivo. Tal processo é devido à indissociabilidade da separação do arquivo enquanto objeto de estudo do/a antropólogo/a, ao mesmo tempo em que é sua (ou uma das suas) fonte. O modo como o arquivo está arranjado já é um processo de elaboração social, assim como o modo como o conhecimento que ele produz, e que o/a pesquisador/a produz dele e a partir dele, é replicado pelo modo como a historiografia o concebe.

No bojo dessas relações, a sugestão de Dirks (2015) é entender o arquivo como um documento. Assim, cultura, política e história, antes de serem categorias de análise estáveis, são signos abertos a disputas de sentidos e localizados contextualmente.

Etnografando o/no arquivo

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

No seio desses ponderações, creio que já não nos cabe perguntar quais as possibilidades de se fazer antropologia no e do arquivo. Antes, gostaria de comentar uma etnografia que está sendo realizada no *Museu de Saúde Pública Emílio Ribas*, na cidade de São Paulo. Essa etnografia faz parte de minha pesquisa de mestrado sobre a Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) empreendida pelo governo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. Mas do que conclusões a respeito do tema ou do campo em si, o recurso de mobilizá-lo se vale mais como ilustração dos fatos acima narrados, como também, da problemática que será desenvolvida no próximo tópico desse texto.

Na manhã do dia treze de Julho fui visitar o Centro de Memória do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, onde estão depositados os documentos da etapa paulista da CEV. Chegando ao Museu, quase não consegui entrar no prédio. A instituição só está aberta para visitação de terça a sexta-feira e, para acesso de pesquisadores aos arquivos do Museu, havia a necessidade de se agendar um horário - coisa que não havia feito. Depois de uma confusa conversa com os dois guardas de uma das portarias, que não conseguiam entender meu pedido de saber se existia a possibilidade de falar com algum funcionário do arquivo em busca de algumas informações específicas, decidimos que o melhor a ser feito era reiniciar a conversa e, dessa vez, usei minha credencial de “pesquisador” da Unicamp.

Na segunda tentativa de diálogo, me apresentei como mestrando do PPGAS/Unicamp e informei meu interesse em fazer pesquisa no arquivo. Essa nova abordagem parece que surtiu um efeito melhor em minha conversa com os guardas que, mesmo a anterior não sendo uma conversa hostil, a segunda tentativa parecia ser feita entre três pessoas que não as da primeira conversa. Mesmo sem agendado uma visita, fui apresentado a Josiane, funcionária do Museu, que fez uma pequena apresentação da exposição que estavam fazendo no momento (As grandes epidemias no Brasil), e me encaminhou para o arquivo, me apresentando Maria. O prédio sede do arquivo é claramente um grande depósito, teto alto em formato de abóboda e coberto com telhas do estilo fibrocimento, ondulada e cinzenta. Os arquivos estavam distribuídos em grandes prateleiras de metal, como as usadas em bibliotecas, e acomodados em caixas ou pastas. Havia também inúmeros livros e caixas em grandes e antigos armários

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

que lembravam muito uma cristaleira e suas inúmeras imitações. Além disso, inúmeras cadeiras, escrivaninhas e outros móveis antigos estavam dispostos no local, como em um antiquário.

Enquanto registrava mentalmente tais observações, contei à Maria sobre minha pesquisa, agradei por ela estar me atendendo mesmo sem ter reservado um horário e perguntei sobre o funcionamento e a dinâmica do arquivo. Maria me disse que o arquivo estava recebendo uma atenção maior nos últimos anos e que, ela e a outra funcionária de lá, haviam sido contratadas há dois anos.

Segundo ela, o material da CEV São Paulo havia passado por um primeiro tratamento, onde foi feito o levantamento do conteúdo do material e, a partir daí, sua catalogação. No entanto, o material não havia passado por todo o processo de tratamento que os documentos ali costumavam passar. Nesse momento, me perguntei como essa “quase-organização” era possível, visto que outros pesquisadores haviam feito suas pesquisas com esses materiais - inclusive historiadores, que detêm o domínio do saber para trabalhar com fontes documentais.

Aproveitando que estava sendo bem recebido, perguntei sobre a possibilidade de acessar uma das caixas com materiais da CEV. Maria me trouxe uma caixa que continha alguns dos boletins semanais da Campanha e alguns ofícios de órgãos públicos.

O boletim da CEV foi uma publicação semanal que trazia notícias e estatísticas acerca dos resultados da erradicação da varíola nas diversas regiões do Brasil e, ainda, um panorama da situação das campanhas em outros países. O boletim era dividido em seções que versavam sobre a notificação de casos da semana, as notas epidemiológicas de outros países e constantes referências à parceria entre Governo Federal, via CEV, e as secretarias estaduais de saúde, a fim de introduzir outras vacinas na Campanha - multivacinação. O boletim foi publicado entre 1967 e 1974, quando da erradicação mundial da varíola, e a partir dessa data passou a ser chamado de Boletim de Epidemiologia.

Quando próximo das 17 horas, encerramento do expediente do Museu, agradei à Maria e perguntei a ela sobre como os documentos foram parar ali. Segundo ela, o prédio que hoje é o Museu Emílio Ribas é também a Secretaria Estadual de Saúde, e que especificamente

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

aqueles documentos foram levados para lá há alguns anos, mas sem propósito nenhum, apenas porque não havia nenhum outro lugar para guardá-los.

Naquele dia, voltei pra casa pensando nas conversas com Maria e nos vários nomes que encontrei nos documentos daquela caixa, esperando chegar em casa e fazer uma busca no Google, a fim de saber a localização daquelas pessoas, ainda que, tivesse quase certeza, elas provavelmente já estariam mortas. No ônibus, olhei para minhas mãos e vi que, ainda que tivesse usado as luvas que Maria havia me dado, a ponta dos meus dedos estavam descamadas.

A despeito de ter sido essa a minha primeira incursão ao Museu Emílio Ribas, ficou claro naquele momento a potencialidade daquele arquivo com relação ao que eu pretendia pesquisar. Caixas com relatórios oficiais, boletins mensais de órgãos de saúde pública, comentando o estado da doença em todo território nacional, teses de estudos apresentados por médicos ligados à Campanha, cartazes de campanha de vacinação, enfim, um número grande de diversos documentos relatando, cada um a seu modo, o itinerário daquela ação de política pública que se pretendeu universal.

Ademais que ali só estivesse registrado uma perspectiva “oficial” do que foi a Campanha, nem por isso a narrativa que ali estava sendo contada deve ser menosprezada no objetivo final da pesquisa. Se o propósito maior da investigação é o de pensar a Campanha e seu itinerário, uma perspectiva oficial é apenas mais uma das muitas visões que compõe a história que se pretende (re)construir.

No entanto, qual não foi minha surpresa ao encontrar em meio a todos aqueles documentos um conjunto de envelopes de cartas e fotografias endereçadas ao Museu? Nesses envelopes, endereçados a uma senhora que depois fui descobrir ser funcionária do Museu e, mais posteriormente ainda, ter feito seu mestrado em História sobre a história do Museu, encontrei algumas poucas fotografias. Nelas, haviam grupos de quatro a seis homens, usavam chapéus, e estavam ou parados posando para a câmera, ou encostados em caminhonetas e, ainda, empurrando tais veículos. Juntos as fotos encontrei também dois bilhetes. Apesar de escritos por pessoas diferentes, a mensagem era quase a mesma: o prazer em ajudar a “professora” em

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

escrever seu livro, e o pedido para que as fotos fossem enviadas aos seus donos depois de usadas. Só quando olhei na parte de trás das fotografias é que soube que os homens retratados eram vacinadores da Campanha de Erradicação da Varíola em São Paulo².

Estar diante daquele material me possibilita tomar um outro caminho na construção de minha narrativa sobre a Campanha de Erradicação da Varíola. Olhar para o conjunto de relatórios e boletins, com seus carimbos e anotações, notas pessoais e institucionais, como também, para os cartazes, fotografias, cartas e bilhetes, me permitirá construir uma narrativa da Campanha a partir do acervo do Museu Emílio Ribas, como também, me dá suporte para mobilizar possíveis redes de ex-funcionários da Campanha e do próprio Museu. Ter em mãos aquele conjunto de documentos me possibilita contatar tantos os participantes da Campanha, como também, aqueles que estavam presentes no momento da salvaguarda do acervo da CEV no Museu. Dizer isso é afirmar que aquele acervo, tal como coloca Dirks (2015), diz coisas sobre uma história daquilo que ele pretende guardar, como também, das condições institucionais de manutenção do Museu Emílio Ribas, da história da Saúde Pública em São Paulo e, também, da varíola e toda o punhado de relações que ela mobilizava.

Sobre a condições institucionais de manutenção de arquivos e museus no Brasil, e a respeito da guarda de uma narrativa história de um tema de interesse coletivo, pretendo discutir mais adiante. Antes, o próximo tópico trata de algumas críticas presentes na bibliografia sobre antropologia e museus e que, penso, devem ser minimamente tratadas aqui.

O arquivo e o(s) outro(s)

Dirks (2015) é enfático ao afirmar que o arquivo é fruto do trabalho de organização de alguém, possuindo assim, uma história, reflexo de quem o organiza. Nesse sentido, não sendo um *a priori*, mas um resultado de um processo histórico, o arquivo colonial torna-se tutor das

² Não preciso mencionar que as fotografias não foram devolvidas. Diante disso, a pergunta que me resta é descobrir o por quê da não devolução. Esse será um próximo passo tomado na etapa da pesquisa que se inicia esse ano.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

narrativas coloniais a respeito do que foi o processo de colonização, a despeito dos conflitos de força presentes em tais relações.

Por sua vez, Ann Stoler (2002) parece ser muito mais ferrenha em sua crítica aos arquivos coloniais. Para a autora, a produção de um arquivo seria também a produção de uma poderosa tecnologia de governança. Assim, os arquivos coloniais, para além de terem sido criados para perpetuarem uma narrativa colonial que promulga a lei do que pode ser dito e de quem pode falar, possibilitam a manutenção de práticas coloniais e culturais sobre as formas da vida social. Para Stoler, a essência da política colonial estaria na forma e no conteúdo da constituição do arquivo. Portanto, ele funcionaria como uma instituição de memória, mas também, como um aparato pedagógico do que significa ser membro daquela sociedade colonial.

O que ambas as críticas apontam é o caráter de resultado histórico do arquivo e sua processualidade constitutiva. Assim, podemos pensar esse produto enquanto um *artefato da história*, tal como coloca Marilyn Starthern (2014a). Pensá-lo como tal é entender o arquivo como uma rede de relações entre um determinado acontecimento e a dinâmica estrutural no qual ele está inserido. E é em Marshall Sahlins (2011) que podemos buscar nosso arcabouço para pensar tais relações.

Para o antropólogo americano, a estrutura da conjuntura seria um equacionamento estrutural-dialético entre determinados constrangimentos estruturais e um determinado evento. Assim, a especificidade das circunstâncias nas quais o arquivo está localizado pode gerar novos valores para categorias antigas, principalmente quando da relação entre atores com projetos e valores minimamente diferentes (SAHLINS, 2011: 126). Por sua vez, o significado de um arquivo está sujeito às relações de interesse nas quais ele está inserido, bem como a intencionalidade de sua criação, uso e manutenção.

Um exemplo cabal desses interesses pode ser visto em algumas iniciativas de salvaguarda da memória de determinados grupos ou eventos sociais. O arquivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Museu do Índio, da FUNAI, o arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, e suas coleções sobre movimentos sindicais, anarquistas, de mulheres e de outras

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

minorias, ou o Museu Afro Brasil, são documentos que nos permitem pensar sobre a política de guarda memorialística, histórica e patrimonial no Brasil.

Ao mesmo tempo em que mostram um jogo de relações sociais, políticas e intelectuais, quando consideramos o momento de sua criação, mostra também o *status* em meio a um circuito arquivístico e/ou museológico e, até mesmo, o montante de capital destinado à sua manutenção, por exemplo. Todos esses elementos, aliado com o acervo e os documentos que tais instituições pretendem guardar, nos dizem a respeito de que tipo de história se quer contar e a partir de quais grupos sociais - e é esse momento de mescla entre a “história oficial” e a história dos “outros”, por exemplo, que nos desafia a pensar para além de uma argumentação óbvia a respeito do arquivo enquanto “aparelho ideológico” de um estado colonial.

Se os exemplos anteriormente apresentado parecem um tanto quanto aplicados, penso que podemos recorrer também a dois outros fatos curiosos a respeito dessa tríade arquivo, poder e saber. O primeiro deles, e talvez mais conhecido, seja o médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. Nina Rodrigues desenvolveu durante muitos anos diversas pesquisas sobre a condição do negro na sociedade brasileira. Considerado por ele como “um problema” para a sociedade da época, o negro deveria ser estudado a fim de se conseguir uma maior sucesso no tocante ao problema da degeneração racial, como dizia o Nina Rodrigues. A “ironia” em meio a isso tudo é apontada por Mariza Correa (2001 e 2006) que nos mostra como produção intelectual, os dados e os materiais de pesquisa de Nina Rodrigues foram e são de grande valia para o resgate de uma história social dos negros no Brasil.

Menos conhecido, mas tão exemplar quanto, é o achado da antropóloga Maria Cristina Castilho Costa (2010). Em sua pesquisa sobre os processos de censura às produções culturais na cidade de São Paulo na época da Ditadura Militar, a autora percebe que, se a censura podava de certo modo o resultado do trabalho criativo de roteiristas, compositores, diretores teatrais, ao mesmo tempo, possibilitava que essas mesmas pessoas fossem consagradas em seus campos de atuação, ao exigir que cada produção analisada pelo órgão trouxesse a informação de autoria.

O que cabe desse exemplo no argumento desse texto é perceber como, a partir da pesquisa em arquivo sobre a censura na Ditadura Militar, quando contextualizado os documentos na

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

perspectiva das relações nas quais sua produção se deu, também se pode obter outras informações que talvez não fossem acessíveis por outros meios aos pesquisadores da vida cultural daquele período. Ou seja, o arquivo não fala apenas sobre aquilo para o qual ele foi criado. Quando em relação, seus significados mudam e podem ou não revelar novos fatos da vida social.

No entanto, há de se ressaltar que o arquivo não é apenas um depositário de narrativas. Antes, são processos sociais e signos que fazem parte de uma possibilidade narrativa de uma memória histórica que se quer criar. Nesse sentido, o trabalho de etnografar o/no arquivo é tornar inteligível para outrem toda uma gama de signos e processos sociais. Como bem aponta Strathern (2014b), o trabalho da escrita antropológica é também o de criar *ficções persuasivas*, de modo a “trazer vida a ideias” (Op. Cit.: 175). Ou seja, escrever de maneira a tornar inteligível a outrem processos e relações sociais temporal e localmente contextualizados.

Talvez seja essa a direção que meu trabalho no Centro de Memória do Museu Emílio Ribas deva tomar. Unir os diversos fragmentos de signos corporificados em boletins, notas oficiais, recortes de jornais, fotografias, cartas, junto aos processos de formação e institucionalização do Museu e de seu arquivo, e das histórias, escritas ou não, sobre a Campanha da Erradicação da Varíola e/por seus atores, de modo a criar eu mesmo, uma *ficção persuasiva* desse *artefato de história*.

Ou seja, demonstrar, por meio da narrativa etnográfica, os significados em disputa no processo da erradicação da varíola, como também, no processo de institucionalização e manutenção (ou não), de sua história no Museu Emílio Ribas. Tomar o arquivo da CEV São Paulo como artefato é lê-lo na chave dos processos de sua institucionalização, levando em conta não só a marca de oficialidade estatal que ele carrega, mas os outros sentidos que ele adquire quando da classificação pelos/as funcionários/as do museu, dos/as pesquisadores/as que trabalham com ele, mas também, quando aliado com outras narrativas do contexto da Campanha, os sentidos dados pelos/as que estiveram no processo de erradicação da varíola.

Dentro do contexto, ou A antropologia como um exercício de sociologia comparativa

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

Antes de encerrar esse texto penso ainda ser pertinente apresentar alguns comentários aos críticos ao trabalho do/a antropólogo/a com/em arquivos. Se a grande questão, ou uma das grandes questões, quando se trabalha com o tema é a respeito do caráter de imparcialidade, ou melhor, do caráter de signo mor da “verdade estatal” que o arquivo apresenta, penso que tal questão deve ser melhor problematizada.

A começar pelo caráter “oficial” do arquivo e sua narrativa acerca de uma história nacional. É inegável a oficialidade de uma instituição como um museu ou um arquivo, assim como é inegável que ela está sempre a serviço de um determinado interesse. No entanto, o que não se pode tomar de antemão é o significado desse interesse como algo dado *a priori*. Se pensarmos no arquivo no contexto brasileiro, temos de levar em consideração dois pontos: o primeiro, o caráter de instituição oficial em um regime democrático pós Constituição de 1988. Conhecida como constituição cidadã, a Carta Magna de 1988 incorporou em seu texto diversos grupos sociais como atores do estado brasileiro. Ainda que tal conquista não tenha sido isenta de conflitos, mas antes, fruto de negociações e estratégias sociais, e atualmente esteja muitas vezes ameaçado por ondas de retrocesso, o momento político pós-Ditadura Militar permitiu que algumas instituições oficiais se encontrassem em redes de disputa constante acerca de seus significados e, no caso da memória, sobre qual(is) história(s) seria(m) contada(s).

Nesse sentido, o segundo ponto diz respeito às políticas de patrimônio e memória social no país. Tendo sido colonizado pelos europeus em 1500, se tornando país independente apenas em 1822, e república em 1889, a história “oficial” de um estado brasileiro é recente e, se pode afirmar, data da década de 1930, quando o então presidente, Getúlio Vargas, criou todo um aparato institucional com fins a unificar uma estrutura administrativa no país. Com a consolidação de um corpo burocrático a prática do arquivo se torna mais institucionalizada, assim como possibilita a criação de outras formas de (re)criar e propagar um ideário nacional - dessa vez não apenas através de museus, canções, literatura, como também, por meio de escolas, arquivos e propagandas oficiais.

Se a primeira vista pode parecer que o estado brasileiro manteve ou mantém políticas de salvaguarda com fins a criar e manter uma espécie de pedagogia nacional, ou ainda, que o

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

autor desse texto esteja advogando por tal - ou até mesmo pela imparcialidade de uma “história oficial” -, alguns episódios parecem borrar um pouco tal atmosfera.

Em 1889, após a Proclamação da República, Ruy Barbosa mandou que fossem destruídos os documentos referentes aos registros de escravos no Brasil. Se ato de negligência para apagar um suposto passado sujo da república, que já começaria manchada, ou estratégia para que os antigos senhores não exigissem indenização, no contexto desse texto isso (ainda) não importa. A questão é ilustrar uma discussão a respeito de uma possível política de salvaguarda arquivística.

No final da Ditadura Militar, inúmeros documentos foram destruídos a fim de esconder atos criminosos cometidos pelo próprio Estado naquele período. Em dezembro de 2015, o Museu da Língua Portuguesa sofreu um terrível incêndio que destruiu significativamente seu acervo. Em fevereiro de 2016, seria a vez da Cinemateca Brasileira sofrer com as chamas.

A parcimônia de ações de conservação de determinados “bens nacionais” e até mesmo da “história oficial”, coloca em xeque um certo papel de Estado enquanto propagandeador de um ideário de nação e me faz questionar, enquanto antropólogo, a crítica pós-colonial sobre os arquivos coloniais.

Os exemplos mobilizados nos últimos parágrafos, por mais que vagos, podem nos dizer algo a respeito das críticas ao fazer antropológico nos/dos arquivos. Antes de serem tomados como depositários de uma narrativa de uma única voz, ou serem descartados por não serem locais privilegiados para o fazer etnográfico, o arquivo não pode ser pensado como algo experienciado anteriormente e com um único significado. A magia do fazer antropológico é justamente a compreensão das relações sociais e seus significados, assim, tal como propõe Joan Scott (1998), seria um erro grotesco escrever uma história (ou antropologia) do outro/a respeito do outro atribuindo-lhe experiências a partir de um enquadramento produzido de antemão.

Para a historiadora norte-americana, o fazer historiográfico, mas podemos considerar o também o antropológico, que tem como foco a história do “outro”, ao mobilizar a autoridade da experiência, mina o potencial analítico de um fazer historiográfico da diferença. Tomar a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

experiência enquanto prova incontestável de algo, tomando como auto-evidente a identidade de sujeitos e coletivos, naturalizando suas diferenças, levaria a uma não problematização do caráter de construção dessa experiência, e de como ela se estrutura a partir de práticas discursivas e históricas (SCOTT, 1998: 301-02).

Contextualizar a experiência permite não apenas torná-la visível, como também, expor a lógica dos mecanismos que criam a diferenciação, que a constitui enquanto relação mútua e, em determinados contextos, a transforma em desigualdade (BRAH, 2006). Assim, contextualizar as relações nos possibilita compreender como os sujeitos são posicionados discursivamente e apresentam sua experiência através de tais práticas. Para Scott (1998), compreender o sujeito como aquele que não possui experiências, mas antes, é constituído por elas, evita que atribuamos uma identidade fixa e estanque, onde a experiência ganha um *status* de autenticidade irrefutável, universalizando vivências de ser/pertencer a algo, ao mesmo tempo em que aponta para uma resistência ou vulnerabilidade inata (SCOTT, 1998: 313).

O que a autora propõe então é pensar a identidade como um acontecimento discursivo, aliando experiência e linguagem, e insistindo na capacidade criativa do discurso - inclusive ressaltando os conflitos entre sistemas discursivos, suas contradições e múltiplos significados. Assim, penso que também podemos tomar o exercício antropológico do/no arquivo dessa forma. Entendê-lo enquanto signo, discurso, localizado historicamente em meio a relações sociais, como também, na temporalidade do/a antropólogo/a pesquisador/a, analisando sua origem e seu contexto, aliado a sua trajetória e seus usos, pode nos permitir uma análise da gênese e das condições de produção de conhecimentos. Talvez esse também seja um momento do *efeito etnográfico*, tal como pensa Strathern (2014c), produzir sentidos no contexto dos argumentos em questão, de modo a torná-los inteligíveis a outrem.

É nessa chave que penso poder encerrar esse texto. Pensar o arquivo e seus signos de modo a recriá-lo imaginativamente através da escrita etnográfica é ter em mente a capacidade criadora da etnografia quando, no momento etnográfico, tece arqueologias e narrativas que unem o/a pesquisador/a, a comunidade para qual ele escreve, e os/as pesquisados/as. Se, ao tentar dar conta de toda a totalidade de um fenômeno social tão complexo quanto as relações sociais, o exercício etnográfico interpretativo torna tal incompletude manifesta, que tentemos ao menos

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

reescrever sentidos que se dão através da observação e dizem respeito às pessoas, coisas e suas relações, num emaranhado de determinados contextos.

Bibliografia

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

CORREA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. Raimundo Nina Rodrigues e a "garantia da ordem social". USP: *Revista da USP*, São Paulo, n.68, p. 130-139, 2006.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos - entre o passado e o presente. USP: *Matrizes*, v. 3, p. 171-186, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Lógica do Mito e da Ação. In:_____. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009 (1973).

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 287-322, 2004.

DIRKS, Nicholas. Introduction: Passage to India; e “Annals of the Archive”. In: _____. *Autobiography of an Archive: A Scholar’s Passage to India*. New York: Columbia University Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I - A vontade de saber*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In:_____. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012 (1949).

_____. Raça e História. In:_____. *Antropologia Estrutural Dois*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 (1952).

SAHLINS, Marshall. *Metáfora Históricas e Realidades Míticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (1981).

_____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (1985).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

16

SCHWARCZ, Lilia. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 72, p. 119-137, 2005.

SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 297-325, 1998.

STRATHERN, Marilyn. Artefatos da História: os eventos e a interpretação de imagens. In:_____. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.

_____. Fora de Contexto: as dicções persuasivas da antropologia. In:_____. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.

_____. O Efeito Etnográfico. In:_____. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014c.

STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, vol. 2, pp. 87–109, 2002.